Docusign Envelope ID: 80B51D43-9238-4A51-B2A6-C2158DBA978D

ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e societárias, a Administração da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo" ou "Sociedade") tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente. Em 2025, a Alelo realizou ações e projetos que seguem fortalecendo seus negócios, com forte orientação à melhoria da experiência e satisfação dos nossos clientes. A Alelo registrou lucro líquido de R$ 610,8 milhões, patrimônio líquido de R$ 1,2 bilhão e ativos totais de R$ 8,2 bilhões. Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/1976. Para 2026, a Alelo seguirá seu planejamento estratégico com ações que endereçarão as evoluções mercadológicas e regulatórias, sempre mantendo o foco na excelência operacional e capacidade de operar o portifólio mais completo de soluções para os seus clientes. Dessa maneira, a Alelo seguirá focada em proporcionar flexibilidade aos empregadores, portadores e estabelecimentos comerciais em suas soluções de benefícios, bem como inovar na cadeia de mobilidade através da solução Veloe. Registramos os agradecimentos da Administração aos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 26 de março de 2026.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.754.670	2.635.005
Instrumentos financeiros	5	1.867.343	3.325.956
Contas a receber	6	1.484.350	1.451.810
Impostos a recuperar	7	88.708	45.445
Outros ativos	8	220.165	233.668
Total do ativo circulante		**7.415.236**	**7.691.884**
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	2.208	70.918
Ativo fiscal diferido	24	107.258	118.408
Outros ativos	8	2.816	–
Imobilizado	10	20.729	14.168
Intangível	11	665.427	629.935
Total do ativo não circulante		**798.438**	**833.429**
Total do ativo		**8.213.674**	**8.525.313**

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	12	97.566	64.360
Contas a pagar operacionais	13	3.270.462	3.687.054
Obrigações com portadores	14	2.576.667	2.828.737
Programa de incentivo a vendas	15	50.768	40.510
Salários e encargos	16	103.287	90.614
Impostos e contribuições a recolher	17	56.227	44.003
Provisão para passivos contingentes	21	8.814	14.939
Dividendos a pagar	23.e	152.698	48.187
Passivo de arrendamento mercantil	22	8.439	5.309
Outros passivos	18	576.742	654.119
Total do passivo circulante		**6.901.670**	**7.477.832**
Não circulante			
Salários e encargos	16	17.930	17.171
Provisão para passivos contingentes	21	30.562	91.121
Passivo fiscal diferido	24	10.088	19.968
Outros passivos	18	13.417	5.725
Total do passivo não circulante		**71.997**	**133.985**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	472.414	472.414
Reserva legal	23.b	94.483	94.483
Reserva de retenção de lucros	23.c	234.373	162.391
Reserva de expansão	23.d	438.737	184.208
Total do patrimônio líquido		**1.240.007**	**913.496**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.213.674**	**8.525.313**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	25	2.708.653	2.519.125
Custos	26	(1.216.093)	(1.032.918)
Lucro bruto		**1.492.560**	**1.486.207**
Despesas com pessoal	27	(434.886)	(433.507)
Gerais e administrativas	28	(798.748)	(702.563)
Outras receitas/(despesas)	29	167.007	(96.092)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		**425.933**	**254.045**
Receitas financeiras	30	666.627	568.019
Despesas financeiras	30	(245.700)	(244.385)
Resultado antes dos impostos		**846.860**	**577.679**
Impostos correntes	24.a	(232.760)	(191.930)
Impostos diferidos	24.a	(3.309)	11.201
Lucro líquido do exercício		**610.791**	**396.950**
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)		305,40	198,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	610.791	396.950
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**610.791**	**396.950**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva de expansão	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		**472.414**	**94.483**	**293.702**	**–**	**–**	**860.599**
Adoção de normas	23.c	–	–	–	–	(2.164)	(2.164)
Dividendos adicionais conforme AGO de 30/04/2024	23.e	–	–	(293.702)	–	–	(293.702)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	396.950	396.950
Constituição de reserva de retenção de lucros	23.c	–	–	346.599	–	(346.599)	–
Constituição reserva de expansão	23.d	–	–	(184.208)	184.208	–	–
Dividendos obrigatórios	23.e	–	–	–	–	(48.187)	(48.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**472.414**	**94.483**	**162.391**	**184.208**	**–**	**913.496**
Adoção de normas	23.c	–	–	–	–	3.231	3.231
Dividendos adicionais - exercício de 2024	23.e	–	–	–	(63.000)	–	(63.000)
Constituição reserva de expansão	23.d	–	–	(269.342)	269.342	–	–
Dividendos não distribuídos - exercício de 2024	23.d	–	–	–	48.187	–	48.187
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	610.791	610.791
Dividendos obrigatórios	23.e	–	–	–	–	(152.698)	(152.698)
Constituição de reserva de retenção de lucros	23.e	–	–	461.324	–	(461.324)	–
Dividendos adicionais	23.e	–	–	(120.000)	–	–	(120.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**472.414**	**94.483**	**234.373**	**438.737**	**–**	**1.240.007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		**610.791**	**396.950**
Depreciações/amortizações	28	188.693	153.296
Provisão/(Reversão) para perdas esperadas e baixas para prejuízo	6	234	(15.211)
Atualização programa de incentivo a vendas		(9.538)	(8.699)
Provisão para passivos contingentes	21	10.129	19.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	4.501	(13.087)
Provisão imposto de renda e contribuição social		232.760	191.930
Arrendamento mercantil	22	9.986	155
Baixas do imobilizado	10	–	10
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais			
Instrumentos financeiros		1.458.613	(3.164.889)
Contas a receber		(32.774)	(585.024)
Imposto a recuperar		(43.263)	(11.823)
Outros ativos		10.687	(26.984)
Depósitos judiciais		68.710	(4.437)
Fornecedores		33.206	(12.173)
Contas a pagar operacionais		(416.592)	(36.265)
Obrigações com portadores		(252.070)	209.263
Programa de incentivo a vendas		19.796	15.403
Salários e encargos		13.432	4.357
Pagamento de contingências	21	(76.813)	(2.563)
Outros passivos		(69.685)	304.801
Impostos e contribuições a recolher		(38.386)	38.485
Impostos pagos		(182.150)	(253.181)
Caixa líquido gerado/(utilizado) pelas atividades operacionais		**1.540.267**	**(2.800.260)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	10	(15.265)	(2.603)
Adições ao intangível	11	(215.481)	(219.889)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(230.746)**	**(222.492)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	23.e	(183.000)	(391.603)
Pagamento passivo de arrendamento	22	(6.856)	(1.436)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(189.856)**	**(393.039)**
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**1.119.665**	**(3.415.791)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	4	2.635.005	6.050.796
Saldo final	4	3.754.670	2.635.005
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**1.119.665**	**(3.415.791)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo" ou "Sociedade"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Holding Financeira S.A. ("EloH"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.. A Sociedade tem sua sede social na Alameda Xingu, nº 512 - 3°, 4° e 16° andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objeto: (i) a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pós-pagos ou pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, *smart cards* e outros; sempre exclusivamente no âmbito de arranjos de pagamentos que não integram o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); (ii) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (iii) a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas; (iv) a prestação de serviços de correspondente no País de Instituições financeiras; e (v) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Em 27 de março de 2024, a Alelo recebeu a autorização para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), conforme publicado no Diário Oficial da União nº 60, de 27/03/2024, Seção 3, página 165. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo Bacen.

Descontinuidade da Autorização pelo Banco Central do Brasil

Em 16 de dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil ("Bacen") comunicou a descontinuidade da autorização de funcionamento da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo") como instituição de pagamento, em consonância com a regulamentação aplicável às entidades supervisionadas.

Essa decisão decorre de reorganização societária realizada no âmbito do Grupo Elopar. Em 12 de julho de 2025, a Alelo e a NAIP Instituição de Pagamento S.A. ("NAIP") formalizaram instrumento contratual por meio do qual foi transferida à NAIP a totalidade dos direitos e obrigações relacionados à carteira de produtos Pré-Pagos e Pós-Pagos, regulados pelo Bacen.

Nos termos do instrumento firmado entre as partes:

a) a NAIP passou a assumir integralmente a responsabilidade como instituição de pagamento pelos produtos regulados anteriormente ofertados pela Alelo; e

b) a Alelo permaneceu responsável pela gestão dos produtos vinculados ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), bem como dos demais benefícios não regulados pelo Bacen.

Com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, a qualidade dos serviços prestados e a mitigação de riscos para clientes, usuários e estabelecimentos credenciados, foi estruturado um plano de transição operacional, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes regulatórias aplicáveis.

Adicionalmente, conforme pactuado entre as sociedades, a NAIP fará uso da marca "Alelo", de forma gratuita e exclusivamente relacionada aos Produtos Regulados, respeitando os termos estabelecidos no acordo firmado entre as partes.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

Com a descontinuidade da autorização para funcionamento como instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil, comunicada em 16 de dezembro de 2025, a Sociedade deixou de aplicar os critérios contábeis e de divulgação específicos exigidos pelo regulador e passou a elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades por ações, que compreendem a Lei nº 6.404/1976 e os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), convergentes às IFRS.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado em contrário nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas.

Valor justo das aplicações financeiras: é determinado com base em modelos matemáticos e em dados observáveis divulgados por fontes de mercado externas (e/ou não observáveis, determinados com base nas melhores expectativas determinadas pela Administração da Sociedade). Vide nota explicativa nº 5.2;

Cálculo da provisão para perdas esperadas de contas a receber e outros créditos: é baseado nas informações históricas de perdas e ajustado para expectativas futuras de determinados índices que afetam a inadimplência das carteiras. Vide nota explicativa nº 6;

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Vide nota explicativa nº 24.b;

Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 21;

Realização do crédito tributário: é determinada com base na expectativa de geração de lucro tributável futuro, o qual é baseado em expectativas definidas pela Administração da Sociedade. Vide nota explicativa nº 24.c.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

e. Novas normas, alterações e interpretações das normas contábeis com vigência a partir de 1° de janeiro de 2025

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025, não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Sociedade e são elas:

Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 Falta de Conversibilidade entre moedas

A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações e interpretação das normas contábeis que foram publicadas pelo CPC, não resultaram em impacto para as demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade:

Alterações ao CPC 26 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes requisitos principais.

• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas desmonstrações financeiras.

• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Sociedade, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros - Alterações ao CPC 48 e CPC 40

Trata-se de atualizações de melhorias em relação à classificação de Instrumentos Financeiros tendo como base:

1) Características contingentes, incluindo aquelas relacionadas à ESG, nos fluxos de caixa de ativos financeiros e sua definição como "exclusivamente pagamento de principal e juros";

2) Momento do reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros (pagamento eletrônico). As alterações se aplicam a períodos anuais com início ou após 1° de janeiro de 2026.

Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023)

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição da tributação sobre o consumo, com a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em fase inicial de implementação, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023. A Sociedade está acompanhando e monitorando a regulamentação das leis complementares aplicáveis, com vistas à adaptação de seus sistemas de emissão de documentos fiscais, apuração e controle tributário.

Adoção do Decreto nº 12.712/2025 - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

Em 11 de novembro de 2025, foi publicado o Decreto nº 12.712/2025, que alterou o Decreto nº 10.854/2021, estabelecendo novos parâmetros e condições aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, em conformidade com a Lei nº 14.442/2022.

O referido decreto prevê implementação gradual das novas exigências, com prazos específicos a partir de sua publicação. A Administração encontra-se em processo de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da norma, incluindo eventuais efeitos operacionais, contratuais e financeiros. Até a presente data, não é possível mensurar de forma definitiva os impactos nas demonstrações financeiras, os quais serão reconhecidos e divulgados oportunamente, conforme a efetiva implementação e conclusão das análises.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro, é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (CA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Quando os termos contratuais geram, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI").

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócios

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato,

continua→

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2026 | 00:25:05 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 80B51D43-9238-4A51-B2A6-C2158DBA978D

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também podem incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

• Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

• Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

• Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

• A Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com gastos sejam auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos em uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Ativo de direito	3 a 6 anos
Bens de uso (maquinários)	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Carteira de clientes	10 anos
Projetos	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Marcas	10 anos
Direito de exploração de intangível	23 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

e. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

• O valor da contraprestação transferida;

• O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;

• Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

f.1 Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas de crédito esperadas sobre:

• ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

• contas a receber, de forma a refletir adequadamente a expectativa de não realização dos fluxos de caixa contratuais.

As provisões são mensuradas considerando a perda de crédito esperada ao longo da vida dos instrumentos, com base em informações históricas, condições atuais e expectativas razoáveis quanto ao comportamento futuro da carteira.

A avaliação do risco de crédito leva em consideração as características das contrapartes, o comportamento histórico de pagamento, bem como a existência de mecanismos de mitigação de risco, quando aplicável. Adicionalmente, a Sociedade possui valores a receber de adquirentes e comissões de contrapartes comerciais, os quais são avaliados sob a mesma abordagem de perda esperada, considerando o perfil de risco e o histórico de inadimplência dessas exposições.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte, incluindo análises quantitativas e qualitativas baseadas na experiência histórica e em informações prospectivas disponives sem custo ou esforço excessivo.

A Sociedade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente quando houver atraso superior a 30 dias, e considera um ativo financeiro como inadimplente quando o atraso exceder 60 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada corresponde ao período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito e são mensuradas a valor presente, com base na diferença entre fluxos de caixa contratuais devido à Sociedade e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro, quando aplicável.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se existem evidências de que ativos financeiros apresentam problemas de recuperação. Um ativo financeiro é considerado com problemas de recuperação quando eventos ou circunstâncias indicam impacto adverso relevante nos fluxos de caixa estimados.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

• Dificuldades financeiras significativas do devedor;

• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas de crédito esperada de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

f.2 Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil no exercício, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Sociedade determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

• Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atingidos.

h. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Passivos contingentes** - São classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

i. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as sociedades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Sociedade.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de cinco etapas para o reconhecimento, conforme descrito a seguir:

• Identificar o contrato com o cliente;

• Identificar as obrigações de desempenho no contrato;

• Determinar o preço das transações;

• Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e

• Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços.

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

• **Receita adquirente**

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas. Estas, são cobradas e descontadas no momento do reconhecimento das compras e creditadas ao estabelecimento, configurando a formação da agenda.

• **Receita emissor**

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e o reconhecimento é realizado por competência.

• **Receita de comissão de vendas**

Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados de seus parceiros pela captação e indicação de clientes, e o reconhecimento é realizado por competência.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Sociedade de receber o pagamento é estabelecido. A Sociedade classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio como fluxos de caixa das atividades de investimentos.

k. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Sociedade não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem o seguinte:

• pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);

• valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;

• pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os passivos de arrendamento são mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

• É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente ao custo, de acordo com os itens a seguir:

• o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;

• quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;

• quaisquer custos diretos iniciais; e

• custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendador transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

l. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	**11.960**	**6.736**
Caixa e bancos	7.180	1.394
Moeda estrangeira (a)	4.780	5.342
Equivalentes de caixa	**3.742.710**	**2.628.269**
Fundos de investimentos (b)	3.742.710	513.223
Aplicações compromissadas (c)	–	2.000.561
Certificado de depósito bancário - CDB	–	114.485
Total	**3.754.670**	**2.635.005**

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

(b) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Asset Management, que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(c) Em 31 de dezembro de 2024 a Alelo possuia aplicações compromissadas equivalentes a caixa com lastro em LFT no total de R$ 1.656.010 liquidadas em julho de 2025, e aplicações compromissadas equivalentes a caixa com lastro em LTN no total de R$ 344.551 liquidadas em julho de 2025, totalizando o saldo de R$ 2.000.561.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros

	Vencimento até 365 dias	31/12/2025	31/12/2024
VJR			
Compromissadas - LTN	1.501.191	1.501.191	–
Compromissadas - NTN	366.152	366.152	–
Letras financeiras do tesouro - LFT (a)	–	–	3.145.709
Custo amortizado			
Letras financeiras - LF	–	–	180.247
Total	**1.867.343**	**1.867.343**	**3.325.956**
Circulante		1.867.343	3.325.956
Não circulante		–	–

(a) Em 31 de dezembro de 2024 a Alelo possuía aplicações em títulos publicos federais, indexadas ao DI, negociadas pelo Banco do Brasil.

5.2. Ativos e passivos financeiros - classificação

			31/12/2025		31/12/2024	
Ativos financeiros	**Classif.**	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Fundos de investimentos	VJR	Nível 2	3.742.710	3.742.710	513.223	513.223
Compromissadas - LTN	VJR	Nível 2	1.501.191	1.501.191	–	–
Compromissadas - NTN	VJR	Nível 2	366.152	366.152	–	–
Letras financeiras do tesouro - LFT	VJR	Nível 2	–	–	3.145.709	3.145.709
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	Nível 2	–	–	114.485	114.485
Compromissadas	VJR	Nível 2	–	–	2.000.561	2.000.561
Total VJR			**5.610.053**	**5.610.053**	**5.773.978**	**5.773.978**
Contas a receber	CA	–	1.490.922	1.484.350	1.456.855	1.451.810
Letras financeiras	CA	–	–	–	181.540	180.247
Outros ativos (a)	CA	–	95.836	95.836	117.724	117.724
Total CA			**1.586.758**	**1.580.186**	**1.756.119**	**1.749.781**
Total de ativos financeiros			**7.196.811**	**7.190.239**	**7.530.097**	**7.523.759**

(a) Refere-se aos Adiantamentos a fornecedores e Adiantamento a funcionários.

			31/12/2025		31/12/2024	
Passivos financeiros	**Classif.**	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Fornecedores	CA	–	97.566	97.566	64.360	64.360
Contas a pagar operacionais	CA	–	3.270.462	3.270.462	3.687.054	3.687.054
Obrigações com portadores	CA	–	2.576.667	2.576.667	2.828.737	2.828.737
Programa de incentivo a vendas	CA	–	50.768	50.768	40.510	40.510
Passivo de arrendamento mercantil	CA	–	8.439	8.439	5.309	5.309
Outros passivos (b)	CA	–	408.252	408.252	533.508	533.508
Total de passivos financeiros			**6.412.154**	**6.412.154**	**7.159.478**	**7.159.478**

(b) Itens considerados: Créditos a clientes e Contas a pagar partes relacionadas.

A tabela acima classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação.

Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

Nível 2

• O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável;

• Para outros instrumentos financeiros é realizada análise de fluxo de caixa descontado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

• Contas a receber: registrados pelo valor original, líquido das perdas esperadas. São recebíveis de curto prazo ou de liquidez previsível.

• Outros ativos: créditos diversos relacionados às operações, mensurados pelo custo amortizado, com valor contábil equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

• Fornecedores: mensurados pelo custo amortizado e registrados pelo valor original. Os prazos de liquidação não excedem 90 dias, razão pela qual os valores contábeis são considerados uma aproximação razoável dos valores justos.

• Contas a pagar operacionais: obrigações de curto prazo, registradas pelo valor original, sem diferença relevante em relação ao valor justo.

• Obrigações com portadores: mensuradas pelo custo amortizado, com valor contábil considerado equivalente ao valor justo.

• Programa de incentivo a vendas: mensuradas pelo custo amortizado, sem diferenças relevantes em relação ao valor justo.

• Passivo de arrendamento mercantil: reconhecido conforme CPC 06 (R2), pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento.

• Outros passivos: obrigações diversas, mensuradas pelo custo amortizado, sem diferenças relevantes em relação ao valor justo.

6. Contas a receber

Os registros contábeis no contas a receber são compostos, por valores a receber de clientes e de partes relacionadas, decorrentes da prestação de serviços no âmbito de soluções de meios de pagamento, bem como de outras relações comerciais acessórias à operação, incluindo valores a receber de contrapartes do ecossistema de pagamentos.

Os saldos são registrados pelo valor faturado, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, e estão classificados no ativo circulante, considerando o curto prazo de realização.

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	860.451	984.688
Partes relacionadas (nota 19)	630.471	472.167
(–) Provisão de perdas esperadas	(6.572)	(5.045)
Total	**1.484.350**	**1.451.810**
Circulante	1.484.350	1.451.810
Não circulante	–	–

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com base em modelos internos que utilizam informações históricas de inadimplência, padrões de rolagem da carteira e mecanismos de mitigação de risco de crédito.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(6.338)**	**(21.549)**
Acréscimos	(5.019)	(3.075)
Reversão	3.261	1.888
Baixas	1.524	16.398
Saldo final	**(6.572)**	**(6.338)**

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados ao Contas a receber de clientes e ao Contas a receber de partes relacionadas e Carteira de Instrumentos financeiros.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2026 | 00:25:23 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 80B51D43-9238-4A51-B2A6-C2158DBA978D

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão representadas na tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	(6.572)	(5.045)
Instrumentos financeiros	–	(1.293)
Total	**(6.572)**	**(6.338)**

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A Sociedade conta com estrutura de gerenciamento de risco, vide nota explicativa nº 31.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base nas diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando há alteração significativa nas variáveis do modelo.

As modelagens internas permitem a construção de uma matriz de perda esperada para cada grupo de risco e faixa de atraso, considerando as variáveis PD e LGD históricas da Sociedade.

Os índices de perda da matriz são apurados por meio de uso de método de rolagem com base na probabilidade de um saldo a receber avançar para estágios sucessivos de atraso até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas de acordo com os grupos de riscos identificados na modelagem que apresentam características de risco de crédito comuns.

A EAD representa o valor de exposição ao risco de crédito na data de sua mensuração, e considera instrumentos de mitigação de riscos baseados e seguro garantia, e técnicas de Override para redução de valores recebidos e ainda não baixados.

O produto Veloe conta com modelo de apuração de provisão para perdas esperadas específico dado seu modelo de negócio direcionado a clientes de varejo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

31 de dezembro de 2025	Saldo de exposição ao risco de crédito (a)	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A vencer até 3 dias	1.416.204	0,33%	4.634
Vencido 4-30 dias	8.374	2,01%	168
Vencido 31-60 dias	938	17,59%	165
Vencido 61-90 dias	783	24,01%	188
Vencido 91-360 dias	4.075	34,77%	1.417
Total	**1.430.374**		**6.572**

31 de dezembro de 2024	Saldo de exposição ao risco de crédito (a)	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A vencer até 3 dias	1.211.117	0,29%	3.542
Vencido 4-30 dias	6.708	1,95%	131
Vencido 31-60 dias	1.717	3,90%	67
Vencido 61-90 dias	464	10,56%	49
Vencido 91-360 dias	2.283	55,02%	1.256
Total	**1.222.289**		**5.045**

(a) Os valores desta tabela representam os ativos com exposição ao risco de crédito na avaliação da Administração - Mensuração por modelos internos.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	66.414	9.704
Imposto de renda e contribuição social	14.488	10.212
PIS e COFINS	7.806	25.529
Total	**88.708**	**45.445**
Circulante	88.708	45.445
Não circulante	–	–

8. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	74.592	100.713
Contratos de manutenção (a)	63.203	62.932
Descontos comerciais (b)	46.414	36.790
Adiantamento a funcionários	21.244	17.011
Serviços profissionais	7.700	9.366
Assinaturas e seguros	3.293	397
Outros	6.535	6.459
Total	**222.981**	**233.668**
Circulante	220.165	233.668
Não circulante	2.816	–

(a) Refere-se substancialmente, às despesas antecipadas com contratos de sustentação de serviços de TI, os quais serão diferidos durante a vigência dos contratos.

(b) Referem-se aos descontos concedidos a clientes de acordo com negociações comercias, as quais serão diferidas ao longo da vigência do contrato.

9. Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos trabalhistas	1.460	1.291
Depósitos cíveis	512	509
Depósitos fiscais (a)	192	69.086
Depósitos garantias	31	31
Bloqueio judicial	13	1
Total	**2.208**	**70.918**
Circulante	–	–
Não circulante	2.208	70.918

(a) A variação decorre da desistência do processo e da consequente baixa do depósito judicial relacionado ao recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras.

10. Imobilizado

			31/12/2025	31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	6.941	(4.380)	2.561	2.627
Móveis e equipamentos de uso	4.090	(2.585)	1.505	1.678
Sistemas de processamento de dados	16.639	(15.262)	1.377	2.395
Sistemas de comunicação	13.302	(7.929)	5.373	1.536
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros)	25.405	(16.942)	8.463	4.711
Outras imobilizações (a)	4.331	(2.881)	1.450	1.221
Total	**70.708**	**(49.979)**	**20.729**	**14.168**

			31/12/2024	31/12/2023
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	6.487	(3.860)	2.627	2.900
Móveis e equipamentos de uso	3.936	(2.258)	1.678	2.036
Sistemas de processamento de dados	16.448	(14.053)	2.395	4.319
Sistemas de comunicação	8.448	(6.912)	1.536	2.512
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros)	22.171	(17.460)	4.711	6.052
Outras imobilizações (a)	3.635	(2.414)	1.221	997
Total	**61.125**	**(46.957)**	**14.168**	**18.816**

(a) Refere-se a benfeitorias em bens de terceiros.

As movimentações dos saldos do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são conforme segue:

	Taxa anual de depreciação	Saldo inicial 31/12/2024	Adições	Depreciação	Saldo final 31/12/2025
Instalações	10%	2.627	453	(519)	2.561
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.678	154	(327)	1.505
Sistemas de processamento de dados	20%	2.395	–	(1.018)	1.377
Sistemas de comunicação	20%	1.536	5.046	(1.209)	5.373
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros)	16,67%	4.711	8.915	(5.163)	8.463
Outras imobilizações (a)	20%	1.221	697	(468)	1.450
Total		**14.168**	**15.265**	**(8.704)**	**20.729**

	Taxa anual de depreciação	Saldo inicial 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo final 31/12/2024
Instalações	10%	2.900	364	–	(637)	2.627
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.036	–	–	(358)	1.678
Sistemas de processamento de dados	20%	4.319	156	(10)	(2.070)	2.395
Sistemas de comunicação	20%	2.512	87	–	(1.063)	1.536
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros)	16,67%	6.052	1.402	–	(2.743)	4.711
Outras imobilizações (a)	20%	997	594	–	(370)	1.221
Total		**18.816**	**2.603**	**(10)**	**(7.241)**	**14.168**

(a) Refere-se a benfeitorias em bens de terceiros.

11. Intangível

			31/12/2025	31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Projetos corporativos (a)	1.263.911	(644.319)	619.592	578.869
Software e licenças	95.049	(85.572)	9.477	14.456
Ágio - rentabilidade futura (b)	45.699	(11.343)	34.356	34.356
Marcas e patentes	2.002	–	2.002	2.002
Carteira de clientes	1.262	(1.262)	–	252
Total	**1.407.923**	**(742.496)**	**665.427**	**629.935**

			31/12/2024	31/12/2023
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Projetos corporativos (a)	1.050.731	(471.862)	578.869	495.376
Software e licenças	92.752	(78.296)	14.456	23.861
Ágio - rentabilidade futura (b)	45.699	(11.343)	34.356	34.356
Marcas e patentes	2.002	–	2.002	2.002
Carteira de clientes	1.262	(1.010)	252	506
Total	**1.192.446**	**(562.511)**	**629.935**	**556.101**

As movimentações dos saldos do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são conforme segue:

	Taxa anual de amortização	Saldo inicial em 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldo final em 31/12/2025
Projetos corporativos (a)	20%	578.869	213.185	(172.462)	619.592
Software e licenças	20%	14.456	2.296	(7.275)	9.477
Ágio - rentabilidade futura (b)	–	34.356	–	–	34.356
Marcas e patentes	–	2.002	–	–	2.002
Carteira de clientes	20%	252	–	(252)	–
Total		**629.935**	**215.481**	**(179.989)**	**665.427**

	Taxa anual de amortização	Saldo inicial em 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldo final em 31/12/2024
Projetos corporativos (a)	20%	495.376	219.678	(136.185)	578.869
Software e licenças	20%	23.861	211	(9.616)	14.456
Ágio - rentabilidade futura (b)	–	34.356	–	–	34.356
Marcas e patentes	–	2.002	–	–	2.002
Carteira de clientes	20%	506	–	(254)	252
Total		**556.101**	**219.889**	**(146.055)**	**629.935**

(a) Desenvolvimentos de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor, e substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente. Para o exercício de 31 de dezembro de 2025, foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

(b) Referem-se ao ágio da aquisição das empresas Smart, Internacional Voucher e Pede Pronto, fundamentado com expectativa de rentabilidade futura. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram realizados testes de *impairment*, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável.

12. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	95.978	63.809
Outros	1.588	551
Total	**97.566**	**64.360**
Circulante	97.566	64.360
Não circulante	–	–

13. Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo corresponde a R$ 3.270.462 (R$ 3.687.054 em 31 de dezembro de 2024), liquidados em aproximadamente 27 dias.

14. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R$ 2.576.667 (R$ 2.828.737 em 31 de dezembro de 2024) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários. A liquidação dessas obrigações ocorre de acordo com a utilização do benefício pelo portador do cartão Alelo.

15. Programa de incentivo a vendas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R$ 50.768 (R$ 40.510 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao comissionamento devido aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

16. Salários e encargos

	31/12/2025	31/12/2024
Gratificações	79.053	69.552
Provisão de férias	21.948	21.785
Encargos sociais	14.550	12.652
Outras obrigações trabalhistas	5.666	3.796
Total	**121.217**	**107.785**
Circulante	103.287	90.614
Não circulante	17.930	17.171

17. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	33.277	23.488
IRRF a recolher	7.798	7.042
PIS	7.020	4.983
ISS	5.742	5.462
INSS	38	25
Outros tributos a recolher	2.352	3.003
Total	**56.227**	**44.003**
Circulante	56.227	44.003
Não circulante	–	–

18. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a clientes (a)	395.471	522.071
Provisão de comissionamento sobre incentivos	141.851	76.067
Provisão de custos dos serviços prestados	22.615	39.152
Contas a pagar partes relacionadas	12.781	11.437
Desenvolvimento, manutenção e suporte	5.659	2.609
Provisões de marketing	4.429	2.714
Serviços profissionais	4.337	3.001
Provisões de despesas gerais e administrativas	3.016	2.793
Total	**590.159**	**659.844**
Circulante	576.742	654.119
Não circulante	13.417	5.725

(a) Refere-se a obrigações com estabelecimentos comerciais na modalidade pós-pagas.

19. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade, operações com partes relacionadas tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard, BB Elo Cartões Participações S.A. e Elo Participações Ltda.), acionista direto (Elo Holding Financeira S.A.) bem como empresas das quais os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: NAIP Instituição de Pagamento S.A., Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, Elo Serviços S.A., Livelo S.A. e Banco Digio S.A.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa				
Banco Bradesco S.A.	3.597.585	15.253	972.808	236.379
Banco do Brasil S.A.	157.028	207.086	1.662.072	104.568
Instrumentos financeiros				
Banco Bradesco S.A.	366.151	48.923	–	–
Banco do Brasil S.A.	1.501.191	328.680	3.145.709	140.415
Contas a receber (a)				
Banco Bradesco S.A.	4.272	–	4.173	–
Banco do Brasil S.A.	813	–	–	–
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	520.274	–	451.177	–
Banco Digio S.A.	78	11.925	16.817	196.949
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	105.017	–	–	–
Livelo S.A.	13	–	–	–
Elo Participações Ltda.	4	–	–	–
Outros ativos (b)				
Banco Bradesco S.A.	2.315	5.650	–	–
Banco do Brasil S.A.	772	1.902	–	–
BB Elo Cartões Participações S.A.	–	–	8.516	–
Fornecedores				
Banco Bradesco S.A.	(1.780)	(10)	–	–
Banco do Brasil S.A.	(44)	(625)	–	–
Elo Serviços S.A.	(67)	–	(2.980)	(9.755)
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	(2.427)	–	–	–
Contas a pagar operacionais				
Banco Digio S.A.	–	–	(513.132)	–
Salários e encargos (c)				
Banco Bradesco S.A.	(4.972)	(42.549)	–	–
Programa de incentivo a vendas (d)				
Banco Bradesco S.A.	(24.730)	(137.836)	(7.184)	–
Banco do Brasil S.A.	(26.038)	(119.104)	–	–
Dividendos a pagar				
Elo Holding Financeira S.A.	(152.698)	–	(48.187)	–
Outros passivos				
Banco Bradesco S.A.	(54.427)	(3.014)	–	–
Banco do Brasil S.A.	(29.713)	(2.989)	(32)	(251.712)
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	(19)	(35.210)	(600)	(36.896)
Elo Participações Ltda.	(12.605)	–	(11.405)	(92.757)
Elo Serviços S.A.	(1.988)	(28.894)	–	–
Banco Digio S.A.	(5)	–	–	–
Livelo S.A.	(3)	–	–	–

(a) Refere-se substancialmente a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo, processados pela Cielo S.A. - Instituição de Pagamento.

(b) Refere-se a adiantamento de previdência privada.

(c) Refere-se a provisão com assistência médica.

(d) Valores referentes a programa de incentivo a venda - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

20. Remuneração pessoal-chave da administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo, conforme descrito abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e benefícios de curto prazo	12.074	11.805
Bônus de longo prazo	3.448	3.156
Total	**15.522**	**14.961**

21. Provisão para passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

Processos tributários

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a "Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias", realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	31.037	91.148
Trabalhistas	5.549	7.493
Cíveis	2.790	7.419
Total	**39.376**	**106.060**
Circulante	8.814	14.939
Não circulante	30.562	91.121

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada no quadro abaixo:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2024	**91.148**	**7.493**	**7.419**	**106.060**
Adição	835	4.288	5.364	10.487
Atualizações monetárias	12.363	689	223	13.275
Reversões	(31)	(5.513)	(8.089)	(13.633)
Pagamentos (a)	(73.278)	(1.408)	(2.127)	(76.813)
Em 31 de dezembro de 2025	**31.037**	**5.549**	**2.790**	**39.376**

(a) Substancialmente pagamento do processo relacionado ao recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras.

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributários (a)	487.621	449.950
Cíveis	21.871	1.618
Trabalhistas	4.782	5.569
Total	**514.274**	**457.137**

(a) A Sociedade possui processos administrativos originados da lavratura de autos de infração relacionados a Amortização de Ágio, estimados com risco possível no valor de R$457.282 (R$ 419.931 em 31 de dezembro de 2024).

22. Passivo de arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente dura 5 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). O pagamento da parcela do arrendamento é efetuado mensalmente.

A Sociedade arrenda equipamentos de TI com prazos de contratos de 5 anos. Para os contratos com prazo inferior e/ou de baixo valor, a Sociedade optou por não reconhecer em ativos de bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é a arrendatária são apresentadas abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.590**
Pagamento	(1.436)
Despesa financeira	155
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.309**
Adições	8.915
Pagamento	(6.856)
Despesa financeira	1.071
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**8.439**

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	8.439	5.309
Não circulante	–	–

Operações de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem opção de renovação sem data limite estipulada para requerimento por parte da Sociedade observando somente que no vencimento do contrato vigente a Sociedade deverá devolver o espaço ou itens arrendados, objetos do contrato, em perfeito estado de conservação.

Taxas de desconto

A taxa de desconto considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por ano e taxa média de desconto	Taxa % a.a.
Ano 2025	13,03%
Ano 2026	13,10%
Ano 2027	10,63%

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. O demonstrativo apresenta saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	9.278	8.439
PIS/COFINS potencial (9,25%)	858	781

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 472.414 em 31 de dezembro de 2025, representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações, sendo 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 1.000.000 (um milhão) de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. Cada ação ordinária nominativa confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A ação preferencial nominativa, independente da classe, não terá direito a voto nas Assembleias Gerais, mas, em contrapartida, garantirá a sua titular prioridade no reembolso do capital, com ou sem prêmio.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total de ações	Participação %
Elo Holding Financeira S.A.	1.000.000	1.000.000	2.000.000	100%
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**2.000.000**	**100%**

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no período em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 não houve constituição da reserva legal, pois a reserva encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R$ 94.483.

c. Reserva de retenção de lucros

Durante o primeiro semestre de 2025, do lucro apurado no período, o montante de R$ 244.781 foi destinado à retenção de lucros, conforme deliberação dos acionistas, com o objetivo de fortalecer a estrutura patrimonial da Sociedade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, parte da retenção de lucros foi utilizada para:

• constituição de reserva de expansão, no montante total de R$ 269.342; e

• distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 120.000, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2025, com pagamento em 17 de dezembro de 2025.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2026 | 00:25:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A6748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 80B51D43-9238-4A51-B2A6-C2158DBA978D

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao final do exercício de 2025, o saldo da reserva de retenção de lucros totalizou R$ 234.373 (R$ 162.391 em 31 de dezembro de 2024).

d. Reserva de expansão

A reserva de expansão tem por finalidade suportar investimentos futuros, em conformidade com o orçamento de capital aprovado pelos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de expansão apresentava saldo de R$ 184.208. No exercício de 2025, ocorreram as seguintes movimentações:

• pagamento de dividendos adicionais no valor de R$ 63.000, referentes ao exercício de 2024, pagos em 26 de março de 2025;

• constituição de reserva no montante de R$ 144.561 (R$ 184.208 em 31 de dezembro de 2024), conforme deliberação de 30 de abril de 2025, mediante transferência da reserva de retenção de lucros;

• registro de dividendos não distribuídos no valor de R$ 48.187, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme decisão societária em 30 de abril de 2025; e

• constituição de reserva no valor de R$ 124.781, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2025.

Em função dessas movimentações, o saldo da reserva de expansão em 31 de dezembro de 2025 totalizou R$ 438.737.

e. Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade apurou lucro líquido de R$ 610.791 (R$ 396.950 em 31 de dezembro de 2024).

No curso do exercício, foram deliberados e registrados os seguintes dividendos:

• dividendos adicionais no valor de R$ 63.000, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2025, tendo como referência o balanço patrimonial da Sociedade com data-base de 31 de dezembro de 2024. Os referidos dividendos foram pagos em 26 de março de 2025;

• dividendos adicionais de R$ 120.000 (R$ 293.702 em 31 de dezembro de 2024), conforme decisão societária de 30 de setembro de 2025 com pagamento em 17 de dezembro de 2025, referentes ao exercício de 2025; e

• dividendos obrigatórios no montante de R$ 152.698 (R$ 48.187 em 31 de dezembro de 2024), calculados de acordo com o Estatuto Social da Sociedade.

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	610.791
(–) Reserva legal	–
Base de cálculo apresentada	**610.791**
Dividendo mínimo obrigatório 25% (provisionados)	152.698
Dividendos adicionais (pagos em 17/12/25)	120.000
Total dos dividendos provisionados/pagos	**272.698**

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	**846.860**	**577.679**
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(287.932)**	**(196.411)**
Efeito no cálculo dos tributos:		
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	21.142	(5.621)
Provisão para perdas do valor recuperável	(1.193)	(16.990)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.309)	11.201
Participação nos lucros - funcionários	(2.972)	917
Provisão para despesas administrativas	(11.690)	(15.547)
Incentivos fiscais	10.824	9.801
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	39.379	32.397
Outros	(318)	(476)
Imposto de renda e contribuição social	**(236.069)**	**(180.729)**
Sendo:		
Impostos correntes	(232.760)	(191.930)
Impostos diferidos	(3.309)	11.201
Despesa contabilizada	**(236.069)**	**(180.729)**

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para contingências fiscais	30.981	–	(20.590)	10.391
Provisão para contingências trabalhistas	2.547	–	(662)	1.885
Provisão para contingências cíveis	840	109	–	949
Provisão *Fee* - Visa/Elo	553	–	(155)	398
Provisão de participação nos lucros	20.106	3.447	–	23.553
Provisão administrativa	36.000	–	(4.350)	31.650
Provisão para perdas do valor recuperável	1.042	1.193	–	2.235
Provisão de receitas/descontos concedidos	25.863	9.847	–	35.710
Outros valores	476	11	–	487
Total dos ativos diferidos	**118.408**	**14.607**	**(25.757)**	**107.258**
Ágio	(11.758)	–	1.670	(10.088)
Atualização depósito judicial	(8.210)	–	8.210	–
Total dos passivos diferidos	**(19.968)**	**–**	**9.880**	**(10.088)**

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal:

	Créditos tributários			Débitos tributários		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	74.526	28.027	102.553	(7.418)	(2.670)	(10.088)
Até 2 anos	1.057	380	1.437	–	–	–
Até 3 anos	493	177	670	–	–	–
Até 4 anos	1.910	688	2.598	–	–	–
Total	**77.986**	**29.272**	**107.258**	**(7.418)**	**(2.670)**	**(10.088)**

A constituição do ativo fiscal diferido está suportada por estudo técnico e o valor presente apresentado líquido utilizando a TAXA SELIC projetada para longo prazo são de 13,10% em 1 ano, 10,63% em 2 anos, 8,96% em 3 anos e 8,96% em 4 anos, como taxa de desconto. Assim, conclui-se que a expectativa é de realizar os saldos de créditos tributários até o exercício social de 2029.

Todos os créditos tributários da Alelo foram devidamente ativados.

25. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de adquirentes	2.459.142	2.330.259
Receita de emissores	550.287	298.385
Receita de comissão de vendas	37.378	219.152
Impostos sobre serviços	(338.154)	(328.671)
Total	**2.708.653**	**2.519.125**

26. Custos

	31/12/2025	31/12/2024
Custo despesas com vendas	(736.377)	(595.291)
Custo captura e processamento	(192.981)	(171.670)
Custo manutenção e sustentação	(135.924)	(130.559)
Custo central de atendimento	(92.976)	(91.853)
Custo emissão e personalização	(37.542)	(29.020)
Custo entrega e distribuição	(34.332)	(32.373)
Custo implantações de novos contratos (clientes)	(17.370)	(17.996)
Custo *fee* bandeira	(10.661)	(10.558)
Custo antecipação de recebíveis	(6.463)	(7.035)
Custo com logística	(694)	(118)
Outros custos	(26.671)	(27.967)
Créditos tributários (a)	75.898	81.522
Total	**(1.216.093)**	**(1.032.918)**

(a) Valores relativos à recuperação de impostos sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

27. Despesas com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	(201.497)	(200.965)
Benefícios	(85.878)	(80.174)
Encargos sociais	(78.348)	(77.287)
Gratificação	(61.293)	(65.489)
Treinamento	(2.730)	(4.112)
Despesas diversas de pessoal	(5.140)	(5.480)
Total	**(434.886)**	**(433.507)**

28. Gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com infraestrutura	(223.854)	(160.384)
Depreciações e amortizações	(188.693)	(153.296)
Despesa de marketing	(187.925)	(201.064)
Despesas compartilhadas	(91.931)	(92.757)
Honorários profissionais	(45.380)	(30.149)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(22.412)	(20.767)
Serviços de terceiros	(13.156)	(10.429)
Despesas de contribuições e doações	(9.002)	(8.463)
Despesas com telefonia	(2.837)	(2.002)
Despesas com material de escritório	(194)	(221)
Tributos e taxas administrativas	(126)	(660)
Outras despesas administrativas	(13.238)	(22.371)
Total	**(798.748)**	**(702.563)**

29. Outras receitas/(despesas)

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas (a)	171.944	53.499
Recuperação/(perdas) operacionais (b)	6.666	(124.075)
Provisão/(reversão) para perdas esperadas	234	(15.211)
Outras (despesas) operacionais	(11.837)	(10.305)
Total	**167.007**	**(96.092)**

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refere-se a receita sobre saldo de contas pré-pagas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refere-se a reconhecimento de constestação com estabelecimentos por decurso de prazo.

(b) Refere-se substancialmente a recuperação/perdas em contestações de compras, fraudes, baixas de contas a receber para prejuízo e reversão/baixas pós revisão e aprimoramento dos processos de controles internos da Sociedade.

30. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	628.324	516.849
Programa de incentivo a vendas	17.125	15.948
Juros e multas recebidos	8.417	6.371
Antecipação de recebíveis	1.060	21.183
Variação cambial positiva	133	4.198
Atualização monetária	50	45
Outras receitas	11.518	3.425
Total de receitas financeiras	**666.627**	**568.019**
Abatimentos e descontos (a)	(169.506)	(143.266)
PIS e COFINS sobre a receita financeira	(43.824)	(26.134)
Despesas bancárias	(9.893)	(20.476)
Programa de incentivo a vendas	(7.587)	(7.249)
Juros arrendamento mercantil	(1.071)	(155)
Despesas de serviços financeiros (b)	(858)	(40.247)
Variação cambial negativa	(317)	(1.810)
Outras despesas	(12.644)	(5.048)
Total de despesas financeiras	**(245.700)**	**(244.385)**
Resultado financeiro	**420.927**	**323.634**

(a) Aplicação de descontos e/ou bonificações para manutenção e/ou captação de contratos.

(b) A redução decorre do encerramento, em agosto de 2024, da antecipação de agenda das vendas com a adquirente.

31. Gestão de risco

O processo de gestão de riscos e controles da Sociedade está suportado por estrutura formal de governança, composta por fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança da Elo Participações Ltda. ("EloPar"), controladora indireta, e à Presidência da Sociedade. Os papéis e responsabilidades são definidos de maneira a assegurar adequada segregação entre as atividades de gestão de riscos, controles e as áreas de negócio.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores, nos quais são apresentados, de forma periódica, os principais indicadores, exposições e eventos de risco da Sociedade. Esses fóruns são responsáveis por assegurar o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos e a efetividade do processo de gerenciamento.

A Sociedade conta com estrutura especializada e profissionais qualificados para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito é realizado por uma área específica, sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, de forma independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

O Risco de crédito refere-se à possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, por parte de contrapartes, de obrigações assumidas em contratos comerciais, de partes relacionadas e a determinados ativos financeiros.

A exposição ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais das contrapartes e pelo perfil de carteira, sendo monitorado por meio de políticas, limites e diretrizes para concessão de prazos comerciais e acompanhamento do comportamento de pagamento. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito é tratada nas notas explicativas de contas a receber e de redução do valor recuperável.

Risco de mercado e liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado por uma área específica, sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, de forma independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação, decorrentes de suas atividades financeiras, comerciais e operacionais. O monitoramento do risco de mercado é realizado por meio de métricas internas de sensibilidade, adaptadas ao modelo de negócio da Sociedade, que avaliam os impactos de variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros e o patrimônio líquido.

A Sociedade considera como cenário base um choque de 300bps *(basis points)* no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição ao risco de mercado	5.236.079	5.956.174
Choque 300bps | R$/MM	30.300	8.415
Choque 300bps | % PL	2,5%	0,9%

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias. Para esse fim, a Adminstração mantém um Plano de Contingência de Liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes, alçadas e ações a serem adotadas em cenários de insuficiência de liquidez.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado por meio de análises recorrentes dos fluxos de caixa realizados e projetados, considerando a dinâmica operacional do negócio e os prazos de liquidação junto a clientes, usuários e estabelecimentos credenciados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Valor total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Fornecedores	97.566	85.858	85.858	–
Contas a pagar operacionais	3.270.462	2.878.007	2.878.007	–
Obrigações com portadores	2.576.667	2.267.467	2.267.467	–
Programa de incentivo a vendas	50.768	44.676	44.676	–
Salários e encargos	121.217	104.763	90.893	13.870
Impostos e contribuições a recolher	56.227	49.480	49.480	–
Provisão para passivos contingentes	39.376	31.608	7.965	23.643
Dividendos a pagar	152.698	134.374	134.374	–
Passivo de arrendamento mercantil	8.439	7.426	7.426	–
Passivo fiscal diferido	10.088	8.877	8.877	–
Outros passivos	590.159	517.912	507.533	10.379
Total	**6.973.667**	**6.130.448**	**6.082.556**	**47.892**

Os valores classificados em "Contas a pagar operacionais" correspondem, substancialmente, aos repasses devidos aos estabelecimentos credenciados em função da utilização dos instrumentos de pagamento pelos usuários, compondo a agenda de liquidação da Sociedade. Considerando o modelo operacional, esses valores apresentam, em sua maioria, vencimento de curto prazo, compatível com o ciclo financeiro do negócio.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

Risco operacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da Área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "EloPar", controladora da Sociedade.

Gestão de capital e risco reputacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e estão sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital e a reputação da Alelo estejam compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

32. Transações não caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Transações de investimentos não caixa			
Contratos de arrendamento	22	8.915	–
Total		**8.915**	**–**

33. Cobertura de seguros

A Sociedade tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 20.336 (R$ 21.188 em 31 de dezembro de 2024) para danos materiais e R$ 120.000 (R$ 120.000 em 31 de dezembro de 2024) para responsabilidade civil.

34. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2025, foi aprovada a alteração da denominação social da Sociedade de "Alelo Instituição de Pagamento S.A." para "Alelo S.A.", registrada na JUCESP em 30 de janeiro de 2026. Trata-se de evento subsequente que não origina ajustes, por não afetar a posição patrimonial, financeira ou o desempenho da Sociedade na data-base.

Diretoria

Márcio Alves Alencar - Diretor Presidente
Esther Dalmas - Diretora
Flávio Augusto Corrêa Basilio - Diretor
Susanne Raquel Farias Gonçalves - Superintendente

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
CRC 1SP225353/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da Alelo Instituição de Pagamento S.A. - Barueri - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alelo Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP295328/O-2

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2026 | 00:25:36 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/